

Constituinte e Forças Armadas marcham para confronto

São Paulo — José Carlos Brasil

A inauguração de uma unidade de nitrocelulose, matéria-prima para a fabricação de pólvora e de propulsores de foguetes, poderia ser uma festa reservada da Imbel (Indústria Brasileira de Material Bélico) e dos comandantes militares. No máximo, pelos empregos que oferece, entusiasmaria parcela dos 18 mil habitantes da cidade onde se localiza a pequena Piquete, a 220 quilômetros de São Paulo. No entanto, o presidente José Sarney a transformou na quarta-feira passada num acontecimento político explosivo, como se estivesse inaugurando uma fábrica de crises.

Lá, entre elogios ao "entusiasmo, competência e abnegação" do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, Sarney afirmou que o Exército "é hoje um dos firmes suportes de nossa transição para a democracia". Elogios ao Exército e aos chefes militares não são novidades. O país acostumou-se a ouvi-los no curso dos 21 anos em que os militares mandavam em tudo, principalmente durante a Semana da Pátria. Mas se supunha aquém dos portões de sentinela dos quartéis que um dos firmes suportes da transição para a democracia seria a Constituinte.

Tiro ao alvo — Ao trocar os 60 milhões de votos que elegeram os 559 constituintes pelos 200 mil soldados e um número não conhecido de blindados Casavel e Urutu com que agora, com seu fardão de imortal, pretende escrever as regras da democracia, Sarney tentou alvejar ao mesmo tempo duas ilusões. A primeira é a de que a Constituinte que está aí, convocada pelo governo do PMDB, ainda poderia parecer-se com aquela livre, independente e soberana que levou o deputado Ulysses Guimarães a praticar um dos atos mais heróicos de resistência à prepotência e ao arbítrio, ao vencer um cerco de cães, baionetas e bombas de gás destinado a impedir um comício em Salvador, durante o governo Roberto Santos. A segunda ilusão é a de que os políticos poderiam ter tanto peso na negociação do encerramento da transição quanto tiveram na abertura desse

processo, há apenas três anos, liderados por Tancredo Neves. Como se fosse pouco, Sarney ainda juntou mais munição às que, por sua deliberação, o ministro do Exército exibiu na reunião do ministério, no dia 27 de agosto ("Este anteprojeto da Constituição é inaceitável"), reforçando seu paíol para um confronto que só tende a se agravar até o fim do ano entre o poder civil e as Forças Armadas — a votação final da futura Constituição.

Linha tênue — A intervenção do ministro do Exército numa reunião convocada pelo governo para discutir um tema de caráter rigorosamente civil como o déficit público e o discurso de caráter político proferido dentro de uma fábrica de material bélico pelo primeiro presidente civil desde 1964 mostram como é frágil e tênue a linha desenhada nos encontros sigilosos de Tancredo Neves com o ministro do Exército do governo Figueiredo, general Walter Pires, em 1984.

Naquela época, Tancredo tinha atrás de si o apoio popular, convertido da memorável campanha de rua pelas eleições diretas para a sua eleição indireta no Colégio Eleitoral. Agora, Sarney nem tem a rua a seu lado nem sabe com quantos votos pode contar na Constituinte. Nas três conversas que teve com o general Walter Pires, Tancredo disse que seu negócio era cuidar do futuro e não remexer no passado. Eram duas as preocupações do general Walter Pires: com a ameaça de revanchismo, através de perseguições e devassas contra os militares; e com o risco de a esquerda dominar o governo. Tancredo garantiu que nada disso ocorreria e também teria concordado em manter o predomínio dos militares na pesquisa e produção de armamentos e no programa paralelo para o domínio da tecnologia de enriquecimento de urânio.

Nos últimos dez dias, Sarney remexeu duas vezes no passado. Para se libertar de sua fraqueza diante de uma Constituinte que ameaça reduzir seus poderes com a aprovação do parlamentarismo, fez o general Leônidas desenterrar a assombração do revanchismo, para ele

supostamente incorporada à ampliação da anistia, e ressuscitou a imagem de lobisomem da esquerda — além de ser diabólica, ela estaria dominando a Constituinte. Sarney deu apenas um passo em direção ao futuro: anunciou que o Brasil, graças ao programa paralelo dos militares, já sabe produzir a bomba atômica antes mesmo de saber construir a democracia.

O cientista político Eliézer Rizzo de Oliveira, autor de estudo sobre o aparelho militar na Nova República incluído no livro *A Tutela Militar*, lançado há um mês pela editora Vértice, chegou à conclusão de que o discurso de Tancredo diante dos militares sempre foi cauteloso, mas invariavelmente procurava direcionar a relação que a presidência da República deveria ter com eles. O de Sarney, segundo Eliézer, que é professor na Unicamp, em São Paulo, "vai na direção contrária, ao assumir por diversas vezes o discurso do ministro do Exército".

Sobressaltos — Como Tancredo não deixou roteiro escrito sobre como deve ser o relacionamento com militares, o PMDB, a Constituinte e os políticos em geral vão colecionando sobressaltos provocados por uma tutela que tem berço na primeira Constituinte republicana, a de 1891. Logo na votação da mensagem de convocação da atual Constituinte houve o primeiro choque entre os militares e a Nova República: se os políticos esticassem além do permitido a corda da anistia aos punidos pelo golpe de 1964, poderia nem haver Constituinte.

Quando ela já funcionava, a votação de um artigo do regimento que definia o tamanho de sua soberania colocou de novo o Palácio do Congresso em pé de guerra com o Forte Apache, sede do QG do Exército, em Brasília. O líder do PMDB, Mário Covas, resolveu, então, a questão com um discurso eloquente: soberania, disse ele, não se define em regimento, se conquista. Depois, Sarney atropelou essa soberania indefinida, anunciando que, com apoio dos militares, decidira governar 5 anos.



Sarney, ao lado de Quércia e dos militares: discurso contrário ao de Tancredo

Quem dá as ordens? Ninguém responde

Toda semana, os ministros militares convidam parlamentares para conversas. Assessores das três Forças procuram diariamente dezenas de deputados e senadores. Mas dos lobbies que o governo espalhou pela Constituinte, o das Forças Armadas é um dos mais derrotados até agora.

Na sexta-feira, dia 28 de agosto, por exemplo, o coronel Werlon Roure, assessor parlamentar do general Leônidas, saiu do gabinete do líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, após conversa de 15 minutos, prometendo trazer por escrito os pontos do anteprojeto de Constituição que desagradam os militares. O que desagradava mais é uma ressalva acrescentada à última hora ao artigo 192, que condiciona à "iniciativa expressa dos poderes constitucionais" o

direito de as Forças Armadas ligarem os motores dos blindados e saírem às ruas para garantir a ordem.

Os assessores dos militares faziam indagações que os constituintes ainda não sabiam responder. "Por iniciativa de quais poderes as Forças Armadas poderão garantir a ordem: por ordem do Congresso, do Executivo, do Judiciário ou dos três juntos?" O que os militares querem é ficar sob o império de normas que eles próprios fizeram e que estão na Constituição de 1969, outorgada pela Junta Militar que fez a transição entre o governo do marechal Costa e Silva e o do general Garrastazu Médici.

Em qualquer país de democracia estável, os militares cuidam de assuntos de guerra externa e os políticos tratam de administração pública, da vida dos cida-

ãos e da própria democracia. No Brasil, os militares vão à Constituinte e influenciam com ameaças veladas as suas decisões.

Em contrapartida, para provar coerência com o momento de vido e democrático debate que o próprio governo estimula, as portas dos quartéis deveriam ser abertas para que os paisanos também discutissem o plano de modernização do Exército, batizado com o código FT-90 — Força Terrestre 90, porque seu horizonte é 1990 — e orçado em 2 bilhões de dólares.

Na página 7, as negociações entre parlamentaristas e presidencialistas

Leônidas candidato? É uma opinião

SÃO PAULO — A sucessão presidencial está deflagrada e o candidato do presidente Sarney é o general Leônidas Pires Gonçalves. Por isso, o rolo compressor da pressão militar sobre os políticos continuará cada vez mais forte, porque o general Leônidas precisa "ganhar" na Constituinte, mantendo intacta, como está na Carta de 1967, a fundação das Forças Armadas. Essa vitória lhe é fundamental para se fortalecer internamente, em sua principal base de apoio, as Forças Armadas, e externamente, para recompor em torno de sua candidatura os setores conservadores comprometidos com o autoritarismo e que têm espaços políticos significativos.

As conclusões são de dois dos principais estudiosos da questão militar brasileira, o coronel da reserva do Exército, Geraldo Lesbat Cavagnari Filho, fundador e diretor adjunto do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e do professor João Quartim de Moraes, também diretor desse núcleo.

"A análise do processo político fortalece a idéia de que Leônidas vai fazer nessa segunda metade de 80 o que o Medeiros (Octávio Medeiros, general chefe do SNI no governo Figueiredo) não conseguiu no início da década: viabilizar-se como candidato a presidente da República", afirma Quartim.

Quartim é um dos autores de *A tutela militar*, o estudo mais recente sobre a influência dos militares na vida política brasileira, escrito em parceria com dois outros colegas da Unicamp, os professores Wilma Perez Costa e Eliézer Rizzo de Oliveira.

Cautela e força — O pronunciamento do general Leônidas e o engajamento do presidente Sarney em sua candidatura, na análise de Cavagnari, não configuram uma crise militar, principalmente porque as Forças Armadas não necessitam dela. "Elas detêm autonomia

no Estado e podem tomar decisões à revelia do poder civil", diz Cavagnari. Exemplos disso, cita, são o programa nuclear paralelo, que permite agora a construção da bomba atômica, o projeto "Calha norte" (ocupação da fronteira amazônica) e o FT-90 (reaparelhamento do Exército), "dos quais a sociedade política foi marginalizada e a civil excluída".

"As Forças Armadas" — acrescenta Cavagnari — têm a tutela do poder civil, estão sendo muito bem-sucedidas em suas pretensões, têm exercido com competência a pressão militar e as lideranças civis agem com muita cautela política. Até a Carta ficar pronta, o que se verá será esse jogo de pressão militar de um lado — demonstrações de força como a do ministro Leônidas — e cautela política de outro".

Ruptura — A crise militar surgirá, inevitavelmente, adverte Cavagnari, se houver uma tentativa da sociedade política de provocar uma ruptura no modelo de transição atual.

"A natureza e o ritmo da transição atual são os mesmos da concebida por

Geisel", garante Cavagnari, enquanto Quartim completa: "As propostas, ritmo, conteúdo — sem um ideário político e sem visar a democracia — e direção da transição são as mesmas. Nós é que estamos num impasse, sem encontrar solução para modificar esse ritmo."

Na avaliação dos dois estudiosos, só dois fatos escaparam ao controle dos artefices da transição: a campanha das diretas em 1984 e a esmagadora derrota do PDS no Colégio eleitoral, em 1985. Mas esta última, segundo Quartim, foi compensada pela "tradição" do governo do PMDB ao eleitorado, ao editar o Cruzado II uma semana após a eleição de 1986.

"O PMDB", destaca Quartim, "ao criar no eleitorado o desalento, a demobilização popular e a descrença na ação política, forma o caldo de cultura para a volta dos generais. Qual é o raciocínio do povo? Se a classe política é isso, diz-se nas ruas, se o PMDB manteve por 5 meses um plano furado, um cruzado apodrecido, só para ganhar a eleição e uma semana depois trair seus eleitores, então é melhor que voltem os generais".



Quartim (E) e Cavagnari: Leônidas repete Medeiros

Pressão e tutela são gota d'água

Villas-Bôas Corrêa

A Constituinte desandou. Nasceu torta com o inútil e desgastante debate sobre os limites da sua soberania, padece o mal crônico da omissão do PMDB e do encolhimento das lideranças, desperdiçou esperanças ao desdenhar a contribuição popular por ela estimulada em gesto de irresponsável duplicidade, esvaiu-se na dissolução das legendas, perdeu-se nos descaminhos da radicalização ideológica que forçou a esdrúxula organização de blocos. Mas a pressão do governo e a tutela militar foram demais. Pode ser a gota d'água.

O intervalo até o dia 16 para a apresentação do substitutivo do relator, deputado Bernardo Cabral, incorporando modificações consensuais, não abre a oportunidade estimulante para a prova da conciliação. Em clima tenso, a Constituinte está acusando o golpe duplo e mais do que o emendamento, busca a saída para a salvação do processo de transição.

Erros em peca — Desde a instalação a Constituinte está sendo desviada da rota ampla e direta para buscar o improviso de alternativas que contornem embaraços. A discussão inaugural sobre a extensão da sua soberania já denunciava uma ânsia de afirmação de minorias, ofuscadas com a conquista dos mandatos e acreditando na ilusão de impor-se pela intimidação, a uma maioria dispersa e desmotivada.

Se no episódio a Constituinte encaixou o primeiro equívoco, a contradição insanável do PMDB, agravada pela crise econômica que tonteou o

partido, determinaria o desequilíbrio fatal. O PMDB, sem unidades, recusou dos compromissos de campanha, engavetou o programa. E largou a Constituinte na orfandade, sem um anteprojeto para ordenar o debate. A tática do escapismo da legenda majoritária inspirou o extravagante modelo de regimento interno, lançando a novidade da Constituição montada a partir do nada.

Engano em dobro. O substitutivo, no seu primeiro rascunho, custou ao deputado Bernardo Cabral a crucificação da unanimidade de críticas. A culpa não era do relator, mas do esquema. A Constituinte começava alinhavando uma colcha de retalhos, semeando ilusões. A sociedade foi convocada a levar as suas reivindicações, a formular suas propostas e a defendê-las nos plenários das 24 subcomissões. Era apenas o passo inicial num roteiro de desenganos.

Algumas das propostas mereceram acolhidas nas subcomissões, passaram pela peneira mais fina, mas ainda de furos generosos, das oito comissões temáticas. As que sobram, chegaram sãs e salvas no substitutivo faz-de-conta.

Não foi só. Num segundo tempo, a Constituinte abriu os braços às emendas populares. Valeu o espetáculo de quase uma centena de emendas reunindo fantásticas listas de 15 milhões de assinaturas de eleitores qualificados.

O PMDB em recessos estava apenas brincando com o seu eleitorado. Nada disso está valendo. Nem propostas, nem emendas populares. Talvez nenhuma delas, nem uma única, sobreviva no texto do substitutivo para valer do mesmo relator do PMDB. Não há um só parlamentar realmente preocupado em deter a vaga de frustração popular, exigindo atenção e respeito à mobilização da sociedade. O símbolo do PMDB, a Constituinte, molda-se no desempenho do múltiplo presidente, deputado Ulysses Guimarães. Entre vaias e

aplausos, imprimiu solenidade ao recebimento das emendas populares, deitando discurso de enfáticas e ocas obviedades. E foi cuidar da vida, não dedicando um minuto da sua agenda atribulada aos 15 milhões de subscritores, à quase centena de sugestões do povo.

Desfecho — O calendário encurta os prazos da Constituinte, aperta o gargalo, aproxima os debates e votações decisivos na Comissão de Sistematização e no plenário.

E a pobre da Constituinte capenga, indefinida, acéfala, deserdada pelos grandes partidos é alvejada por rajada de metralhadora e tiro de canhão.

Do alto do Palácio, o presidente José Sarney atropela a soberania afirmando o mandato de cinco anos. E exigindo a manutenção do presidencialismo. Era pouco. As turmas com o PMDB do dr Ulysses, mandou às urtigas a neutralidade e entrou no jogo d'ltro; acionando todo o esquema de pressões para inverter a tendência notória do plenário pelo sistema parlamentarista.

Ainda não era tudo. Foi preciso colocar o ministro do Exército no lance. As severas instruções do general Leônidas Pires Gonçalves à Constituinte, pousadas num raciocínio distorcido ressuscitam o velho fantasma da tutela militar.

Ora, o governo dispõe de uma esmagadora maioria teórica na Constituinte. E, de fato, pode repousar, no racha ideológico, da tranquilidade de uma maioria conservadora superior a dois terços do plenário. A alegação de minoria condicionando a maioria é apenas um pretexto para esmurrar a mesa, ameaçando virá-la.

A Constituinte que o PMDB abandonou à própria sorte, que o governo teima em domar, não está suportando tantas provações. De língua de fora, exibe sinais alarmantes de desfalecimento. E com ela, num recuo às trevas, desmantela-se a penosa arquitetura da transição. Agora, sob clara, inequívoca ameaça. Oficial e fardada.